



ID: 37838305

06-10-2011

● **Bastonário dos Técnicos Oficiais de Contas defende uma revolução no Estado para se criar um modelo com maior transparência e rigor na aplicação dos dinheiros públicos**

LUÍS PEDRO SILVA
lsilva@acorianooriental.pt

Domingues de Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, participou esta semana na conferência "Portugal: A soma das partes. As economias regionais como factores de desenvolvimento", promovida pela OTOC e TSF.

Quais são as conclusões da conferência promovida pela OTOC em Ponta Delgada?

As conclusões são boas, mas não estamos à espera de uma solução mágica. Nós queremos que as pessoas analisem e discutam estas situações para abanarem as consciências. As pessoas precisam de ter consciência da situação actual e pensarem no que se poderá fazer para melhorar. Isto não é como a matemática, onde dois mais três são cinco. É preciso semear e lançar a incomodidade para que as pessoas, nesse desconforto, sejam capazes de serem pró-activas e encontrarem soluções.

Nós queremos incomodar positivamente e penso que atingimos os objectivos com a conferência realizada em Ponta Delgada. Foi um encontro que enriqueceu de uma forma muito positiva os nossos objectivos.

Pretende aproveitar as sementes que estão a lançar para as mudanças que vão ocorrer em Portugal?

Nós fomos habituados a ver o Governo como algo distante, como alguém num palácio dourado, e esquecemos que a melhor forma de abordar estas temáticas é com a simplicidade.

Sabemos que um Estado como Portugal precisa de mudar a sua organização de forma radical. Os cidadãos têm direito a uma informação atempada, sustentada e justificada. Actualmente a vida pública não é transparente, mas é subordinada a entendimentos, estratégias e objectivos, que nem sempre passam, exclusivamente, pela vida pública.

A contabilidade pública e o

ENTREVISTA DOMINGUES DE AZEVEDO BASTONÁRIO DA ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

“Já começamos a entrar naquilo que é insuportável pagar de impostos”

EDUARDO REZENDES



Domingues de Azevedo considera que os dinheiros públicos devem ser geridos com o máximo rigor

Orçamento de Estado deveriam reflectir o estado de Portugal, mas não reflectem nada. Deixam de fora parcelas muito significativas e não consolidam o estado económico do país. É necessário mudar e despertar as consciências para esta mudança.

Pensa que a população vai deixar de votar em governantes “chico-esper-

tos”, como referiu durante a conferência e vai começar a optar por governantes que promovam uma gestão rigorosa do dinheiro público?

Os portugueses cada vez mais vão despertar para esta realidade.

Durante muito tempo consideramos que o exercício do poder público poderia ser feito de qualquer maneira, mas o que é públi-

Gastos dos políticos penalizam as pessoas

→ Domingues de Azevedo sente alguma dificuldade em compreender a forma como os cidadãos continuam a eleger políticos que gerem mal os dinheiros públicos.

“Existe uma cultura em que os cidadãos quando vêem que alguém não cumpre os seus deveres ainda o elegem. Dizem que foi inteligente e fino, mas esquecem-se de algo importante. A espreiteza daqueles que não cumprem é directamente proporcional ao aumento do esforço que todos os cidadãos vão ter de fazer para pagar aquilo que ele não pagou. Quando elegemos uma pessoa ‘inteligente’ estamos a dar tiros nos nossos próprios pés, porque vamos ter de pagar as suas dívidas”, frisou.

co precisa de ser feito da melhor maneira possível, porque é de todos. O que é privado é que é apenas de algumas pessoas. Se algo privado ruir e deixar de existir, seguramente, apresenta consequências mais limitadas, mas o que é público é de todas as pessoas, desde os idosos na recta final da sua vida às crianças que estão na escola.

É preciso mudar o conceito de quem presta o serviço público, mas também quem recebe o serviço público. Deverá ser questionada a verdade e transparência da vida pública.

Nós não temos isso. A Assembleia da República, onde também estive como deputado durante 16 anos, aprovava as contas gerais do Estado com cinco e seis anos de atraso. Isto não tem transparência e não ajuda a vivência da vida pública pelo cidadão. Estes conceitos do deixa andar, não te rales e vai-se

resolver precisam de acabar na vida pública. É preciso ser transparente, exigente e rigorosos.

O actual primeiro-ministro está a fazer um esforço para falar a verdade aos cidadãos, mas a questão são os meios que estão disponíveis para que o primeiro-ministro possa falar a verdade às pessoas. Também é preciso saber que estruturas estão a apoiar a gestão pública, para que a informação seja credível, sustentada e cumpra o seu papel.

Os portugueses já atingiram o seu limite de carga de impostos?

Não tenho dúvidas absolutamente nenhuma que neste momento já começamos a entrar naquilo que é humanamente insuportável de impostos.

Quando pago um imposto é porque integro uma sociedade organizada e para usufruir desse imposto. Não vou usufruir do imposto através da minha conta bancária, mas através do ensino, meios de comunicação e segurança, mas hoje estamos a pagar taxas de impostos quase iguais aos países nórdicos, que têm uma tradição completamente diferente da nossa, onde o Estado paga tudo o que é considerado um bem público.

Na Dinamarca as pessoas não pagam medicamentos nas farmácias, mas pagam uma taxa muito elevada de impostos. Nós, actualmente estamos a ficar quase ao nível dos países nórdicos e não recebemos nem um terço daquilo que eles recebem. Podemos considerar que estamos com taxas marginais de fiscalidade muito elevadas e não tem o regresso esperado para os cidadãos. A partir deste momento estamos no confisco, porque a partir do momento em que não há esse regresso para a sociedade, ficamos a pagar o que não devemos. ♦